

Martina Ahlert*

Neste número da REPOCS, o primeiro do volume 20 do ano 2023, apresentamos um conjunto de 8 artigos e 3 resenhas recebidos como fluxo contínuo. Ele conta ainda com o resumo de 4 teses de doutorado e 9 dissertações de mestrado, defendidas no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPG-CSoc/ UFMA). O número foi organizado nos últimos meses, período marcante da história brasileira, cenário da eleição e posse de Luís Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato à frente da Presidência da República. A posse, o conjunto de atos antidemocráticos que a seguiu (em especial no dia 08 de janeiro) e a constituição do novo governo têm mobilizado esforços interpretativos diversos no campo das Ciências Sociais – a exemplo das publicações promovidas pela Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), nestes últimos meses.

A despeito de um contexto de ataques à ciência e às universidades públicas no Brasil, nos últimos anos, assim como as incertezas no cenário da avaliação dos periódicos científicos, a produção de pesquisadoras/es continuou intensa no país, ampliando, contestando e expandindo áreas de conhecimento e debates. No âmbito das Ciências Sociais esperamos que este número da REPOCS possa contribuir com esses esforços, animando autoras/es e leitoras/es para os novos tempos. Temos, além disso, outro interesse com este editorial: a apresentação de algumas considerações sobre uma etapa importante da tramitação de artigos na Revista, a avaliação cega por pares e os pareceres dela decorrentes. Vamos iniciar com a apresentação deste número.

O primeiro artigo que trazemos tem como título “Juristas e politização da justiça no Brasil: desafios analíticos para a abordagem sociopolítica”, de Fabiano Engelmann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O artigo problematiza a relação entre o espaço das instituições judiciais

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: martina.ahlert@ufma.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5735-5441>.

e a política no país, chamando a atenção para a necessidade de análises que permitam compreender a dimensão do protagonismo político-judicial. Na sequência, encontramos o artigo de Rodrigo Cantu, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), intitulado “Teoria do ator-rede e sociologia econômica: lições e perplexidades de um encontro”. Cantu pensa criticamente a aplicação da Teoria Ator-Rede na sociologia contemporânea, especialmente a partir do trabalho de Michel Callon, considerando as críticas, mas também o potencial conceitual e metodológico da abordagem.

O terceiro artigo também é um debate e uma revisão teóricos, agora do trabalho do sociólogo e cientista político norte-americano Charles Tilly. Escrito por Bárbara Goulart, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), “O conceito de ação coletiva na obra de Charles Tilly” analisa essa categoria em diversas obras do autor, tanto em tratamentos de cunho estruturalista quanto em sua perspectiva relacional e interativa. O quarto artigo, por sua vez, “Debates sobre diferenças e desigualdades no contexto da construção da Nação: paralelismos entre a Índia e o Brasil”, de Andreas Hofbauer (Unesp/Marília), discute as semelhanças e diferenças entre os dois países a partir do discurso de quatro personagens centrais na elaboração de abordagens que se tornaram referência em seus contextos: Ghandi e Ambedkar, Freyre e Fernandes.

Seguindo o sumário da Revista, encontramos o debate promovido por Maria Celeste Mira (PUC/ SP) e Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira (Unesp) no artigo “Cozinha na sala: programas de casa e decoração na TV e estilos de vida das classes médias paulistanas”. O texto analisa os modos de morar das classes médias paulistanas, tendo como fonte programas de canais televisivos a cabo, e

pesquisa documental em blogs de arquitetura, turismo e mercado imobiliário. Aknaton Toczek Souza (Unisecal) e Pablo Ornelas Rosa (UVV e Univic) assinam o sexto artigo deste número, intitulado “Estado, violência e imunização: o utilitarismo da morte na segurança pública do Rio de Janeiro”, que trata dos efeitos sociais da segurança pública exercida pelas instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal, visando compreender a biopolítica atual.

O número ainda conta com dois outros artigos. O primeiro deles, escrito por Geraldo Milioli (Unesc), Caroline Vieira Ruschel (Univali) e Joélia Walter Sizerano Balthazar (Unesc), cujo título é “Ecomuseu na perspectiva dos *Global Commons*: uma alternativa de preservação na cidade de Lauro Müller – SC”, discute, a partir desse caso específico, a possibilidade de gestão de museus por meios comunitários, que se diferenciam da noção de propriedade privada e da tutela do Estado. O último dos artigos remete a um contexto diverso, um município do interior do Maranhão, e foi escrito por Tádzio Peters Coelho (UFV). Em “Uma vila esquecida: minério-dependência e os efeitos da mineração de ouro na economia de Godofredo Viana”, o autor sugere que a mineração em larga escala conduz à concentração da estrutura produtiva e cria empecilhos para outras atividades produtivas (como a agricultura).

Depois dos artigos, leitoras/es encontram um conjunto de três resenhas. A primeira delas apresenta a obra de Jairo Nicolau, *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*, publicado em 2020, foi escrita por Saulo Vinícius Souza Barbosa (UFS). A segunda resenha, escrita por Inar Feitosa (do Incra/ Maranhão), analisa o livro de Danilo da Conceição Se-rejo Lopes, *A temporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das*

comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial, publicado em 2020. Por fim, temos a resenha de Glaucia Fernanda Oliveira Martins Batalha e Andréa Joana Sodré de Sousa Garcia, ambas doutorandas da UFMA, que discute o livro do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, *A cruel pedagogia do vírus* (de 2020).

O número encerra com a apresentação das teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no PPGCSoc/ UFMA durante o ano de 2022. Foram 4 teses de doutorado sobre os seguintes temas: violência contra a mulher e o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, de Maynara Costa de Oliveira Silva; festas dedicadas e entidades e santos no contexto da religião de matriz africana Tambor de Mina, de autoria de Maria do Socorro Rodrigues de Souza Aires; economia camponesa e a indústria do leite no sul do Maranhão, pesquisa de Jonatha Farias Carneiro; perfis de lideranças e redes nas eleições da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão entre 1932 e 2022, de Samário José Lima Meireles.

São apresentadas ainda 9 dissertações de mestrado: conflitos ambientais e grupos indígenas na região do Matopiba, de Hemerson Herbert de Sousa Pereira; histórias e modos de vida de famílias deslocadas por grandes projetos, escrita por Paula Marize Nogueira Pereira; a produção e comercialização da castanha no Parque dos Lençóis Maranhenses, de Mônica Sousa Pereira, e cenário ainda da pesquisa de Marceles Oliveira Rocha sobre ecologia do mangue e economia do caranguejo em uma comunidade pesqueira. Ainda são apresentadas as dissertações de Bruno Maia Correia de Albuquerque sobre a análise de propagandas imobiliárias relativas a condomínios fechados em São Luís; de Jaqueline Araújo Bezerra, sobre a produção agrícola e a mobili-

zação política de um Clube de Mães; de Aérica Sousa Malheiros sobre as disputas discursivas em torno do Plano Diretor de São Luís, capital do Maranhão; de Joallysson Desterra Bayma sobre mobilização e ação coletiva em uma Associação de Proteção Ambiental também na capital ludovicenses; e de Suzenny Nascimento Dutra, sobre transtorno de déficit de atenção e hiperatividade como sistema de classificação e estigmatização em instituições escolares.

Em 2023, a REPOCS ainda publicará dois outros números. O número 2 do volume 20 contará com o dossiê “Transações de bens simbólicos entre configurações nacionais”, e está sendo organizado por Eliana Tavares dos Reis (UFMA) e Carolina Martins Pulici (Unifesp). O terceiro número, por sua vez, trará o dossiê “Qualidade dos produtos alimentares e propriedades sociais dos agentes” e tem como organizadores Marie France Garcia-Parpet (CESSP/EHESS/FR) e Marcelo Carneiro (UFMA).

Além de desejarmos uma boa leitura a todas/os, e ainda como abertura deste número e deste novo ano, queremos convidá-las/os a dividirem conosco algumas informações sobre uma etapa importante do trabalho da editoria da Revista, feita em parceria com um número amplo de colaboradoras/es responsáveis pelos pareceres de avaliação dos artigos que recebemos. Como na maior parte dos periódicos brasileiros, e em consonância com procedimentos compartilhados por diferentes canais de divulgação científica, a REPOCS tem como parte dos seus procedimentos a submissão dos textos recebidos a especialistas, para que opinem sobre diversos aspectos dos trabalhos e nos ajudem a qualificá-los para a publicação. Por tal procedimento, como nas edições anteriores, passaram os artigos que compõem este número.

Quando a Revista recebe um texto, portanto, este tem seu primeiro contato com as/os editoras/es, que acolhem os manuscritos e realizam uma leitura inicial, para ver se eles se adequam ao escopo e às normas de publicação. É importante lembrar que nem todos os formatos de texto são do perfil da REPOCS e, por isso, algumas autoras/es são encorajadas/os a encaminhar suas contribuições a outros periódicos. Após esta etapa, chamada de *desk review*, as/os editoras/es convidam especialistas nos temas dos artigos para fazerem, de forma voluntária e não remunerada, a leitura, a avaliação e a construção de um parecer. Cada artigo é submetido a pelo menos duas/dois pareceristas, na modalidade de revisão cega por pares (*double blind peer review*), que preserva a identidade de autoras/es e de avaliadoras/es.

Esta é a modalidade de avaliação utilizada preferencialmente pelas revistas brasileiras, ainda que existam variações contundentes entre as diferentes áreas do conhecimento (SILVA; SILVEIRA; MÜLLER, 2015). Há, nesse sentido, um salutar debate em torno das formas de avaliação de um artigo submetido a um periódico científico, uma vez que existem outras modalidades e procedimentos possíveis – como o *single blind peer review* (quando apenas a identidade de avaliadoras/es fica preservada) e a avaliação aberta (onde não há anonimato), caso das análises prévias à publicação (como as baseadas em servidores *preprint*) (SILVA; SILVEIRA; MÜLLER, 2015; CAMPOS; CANDIDO, 2022).

A revisão duplo cega por pares é vista, por determinada bibliografia, favorecen-

do uma análise impessoal, não marcada por *bias* de gênero ou valorização institucional específica/afiliação, encorajando opiniões sinceras (SNODGRASS, 2006; NASSI-CALÓ, 2015). Ainda que seja o método hegemônico de avaliação no Brasil¹, existem questionamentos frequentes sobre seu uso, tal como aquele escrito por Olavo Amaral (2022) e respondido por Luiz Augusto Campos (2022), recentemente publicado na Folha de São Paulo.

Optar pela realização de pareceres na modalidade de avaliação cega por pares não é assumir que ela resolva todos os problemas da tramitação de um artigo. Existe uma série de questões sensíveis em torno dessa escolha (JENAL, et al., 2012; SILVA; SILVEIRA; MÜLLER, 2015): não raro, mesmo com a definição de “cega”, é possível reconhecer, na avaliação, autoras/es ou mesmo pareceristas em virtude da especialidade de cada uma/um em um campo ou tema científico; existem dificuldades em evitar que escolhas pessoais (como as opções teóricas ou metodológicas) se façam presentes nas sugestões. Comenta-se ainda sobre o conteúdo dos pareceres, o qual, por vezes, apresenta informações insuficientes para que autoras/es possam fazer a revisão sugerida. A literatura ainda menciona que a ausência de autoria pode dificultar o encontro de falsificação e plágio, e pode levar à lentidão, e também a atrasos.

Não há consenso em torno de modalidade de avaliação, nem escolha perfeita. É igualmente importante lembrar, como indicam Campos (2021), Campos e Candi-

1. Varella (2020) cita que, em junho de 2018, apenas 1% das revistas cadastradas no Directory of Open Access Journals (DOAJ) optava por avaliação aberta. Em seu trabalho, encontramos a menção ao artigo de Villas Boas (2017) que apresenta uma pesquisa realizada no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em acesso aberto (oasisbr) com as/os editoras/es cadastrados no Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim), que consideravam a avaliação duplo cega a mais eficiente (95,1%) e a mais utilizada no Brasil (95,3%).

do (2022) e Jenal et al. (2012), que os pareceres não definem o destino de um artigo sozinhos, mas são parte de um processo mais amplo de avaliação, conduzido pelas/os editoras/es das revistas. Desde o surgimento do procedimento de avaliação por pares – localizado por certa literatura ainda no século XVII –, até a sua popularização pós Segunda Guerra Mundial (VARELLA, 2020, JENAL et al. 2012; SILVA; SILVEIRA; MÜLLER, 2015), esse tem sido um procedimento importante no controle e na vigilância da produção do conhecimento científico, ainda que não sem falhas.

Há um consenso da literatura consultada: a constatação de que o “O aumento contínuo no número de periódicos e artigos em todo o mundo (...) não vem sendo acompanhado na mesma proporção pelo número de pesquisadores, o que ocasionou a saturação do minucioso trabalho de revisão por pares” (NASSI-CALÓ, 2015, n.p). Isso faz com que, algumas vezes, as revistas demorem mais do que o previsto pelas/os autoras/es – ou mais do que o esperado por elas/es –, para dar retorno sobre a avaliação de um artigo. A verdade é que os periódicos que submetem seus artigos à avaliação das/os pareceristas dependem do seu tempo de retorno, tempo que é dividido com diversas outras atividades e demandas profissionais também realizadas pelas/os especialistas.

É importante lembrar, nesse sentido., que o trabalho das/os pareceristas é anônimo, não remunerado e tímido do ponto de vista do reconhecimento institucional. Essas características, entre outros aspectos, levam colegas a recusarem convites e fazem com que outras/os colegas listem motivos para o desempenho dessa tarefa. Campos (2021)

sugere considerar alguns itens para o aceite do convite para escrever um parecer, como a compreensão dos pareceres como “o principal instrumento de controle de qualidade da produção científica e dos padrões mínimos desta atividade” (n/p). Além disso, o ato de avaliar um artigo é também uma maneira de se manter atualizado sobre as publicações e pesquisas em uma área de estudos. Por fim, é uma forma de contar com a recíproca de colegas quando da necessidade de análise das nossas próprias publicações (CAMPOS, 2021; HOHENDORFF, 2021). Para os autores recém mencionados, os pareceres são um espaço de diálogo acadêmico fundamental para o aperfeiçoamento da ciência.

Campos (2021), Hohendorff (2021) e Wilkinson (2017) apresentam, em suas publicações, um conjunto de sugestões para o estabelecimento de uma boa relação entre pareceristas e revistas, e para a produção de bons pareceres. Sintetizamos suas considerações na sequência deste Editorial, imaginando que possam ajudar especialmente os neófitos nessa atividade tão importante. De acordo com suas colocações, inicialmente, a/o parecerista precisa conferir se possui conhecimento no tema da avaliação solicitada e fazer contato com a Revista avisando sua disponibilidade (ou a ausência dela). Precisa ainda conhecer o escopo e o perfil do periódico que fez a solicitação, para que as sugestões de revisão (ou ainda a aceitação ou a recusa do artigo) considerem esses aspectos. As avaliações devem ainda ser precisas, indicar pontos de maneira explícita e bem delimitada, para que os motivos de aceite ou recusa fiquem claros, mas, especialmente, para que as sugestões de revisão possam ser seguidas pelas/os autoras/es dos textos².

2. Uma descrição minuciosa de 12 passos para a elaboração de um bom parecer foi escrita por Jo Wilkinson e pode ser encontrada em: <https://www.cafehistoria.com.br/pareceres-academicos>.

As/os pareceristas, nesse sentido, não contribuem apenas indicando a viabilidade de publicação ou não de um artigo, mas permitindo o crescimento do texto e a melhoria de sua qualidade. Na REPOCS, as/os pareceristas podem escolher entre 4 opções: rejeitar o artigo³, requerer uma revisão completa com base em suas considerações; solicitar revisão mais simples com base na avaliação; e aceitar o manuscrito (quando o texto necessita apenas de pequenas revisões). Mas, além desses parâmetros, as/os pareceristas são questionados sobre diversos outros aspectos dos textos: a importância do tema, a qualidade da redação, dos dados, da análise e da bibliografia empregada, por exemplo. São motivadas/os ainda a escrever seus pareceres justificando suas indicações e esclarecendo pontos a serem revisados. Quando existe uma discrepância na leitura dos textos por parte das/os duas/dois pareceristas, uma/um terceira/o é convidada/o para contribuir com a avaliação.

Existe outro polo da relação que também precisa estar ciente dos pareceres como espaço de diálogo acadêmico e extensão da ciência: as/os autoras/es dos artigos. Se existem, como pudemos ver, sugestões de elementos para a escrita de um parecer, podemos pensar ainda em um conjunto de maneiras de receber esse retorno do seu próprio texto. Evidentemente, como autoras/es, temos reações diversas às críticas, sugestões, elogios e debates propostos nos pareceres – existem os que aproveitam e agradecem as sugestões, quando as consideram importantes e coerentes com o desenvolvimento dos seus artigos, mas também os que desistem da tramitação de um texto ou o submetem a periódicos menos

exigentes (JENAL et al, 2012). Essa escolha, evidentemente, pertence a/ao autora/autor do texto. Entretanto, é interessante lembrar que os pareceres indicam um trabalho acumulado por editoras/es e avaliadoras/es no artigo em questão, e que o diálogo para ampliar sua qualidade faz parte do processo de tramitação.

Cabe considerar, nesse sentido, que a submissão de um artigo é apenas o início de seu processo de trâmite em um periódico. Ainda que sintamos o texto como algo maduro – muitas vezes já discutido com colegas em grupos de estudo e congressos, escrito e reescrito diversas vezes –, a submissão é apenas o primeiro momento de contato daquela produção com a revista escolhida para sua publicação. Investir na revisão de pontos indicados pelos pareceristas, se nos parecem coerentes com o texto, é também investir no diálogo acadêmico contínuo e nas diversas formas de produção coletiva do conhecimento.

Referências

- AMARAL, O. A roupa invisível da revisão por pares. *Folha de São Paulo*, Ciência Fundamental. 19 de junho de 2021. Disponível em: <https://cienciafundamental.blogfolha.uol.com.br/2021/06/19/a-roupa-invisivel-da-revisao-por-pares/>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- CAMPOS, L. A. Como redigir um parecer acadêmico? *Blog DADOS*. Publicado em 4 de julho de 2019. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/como-redigir-um-parecer/>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- CAMPOS, L. A. Revisão por pares: ruim com ela, pior sem ela. *Folha de São Paulo*: Ciência Fundamental. 29 de junho de 2021. Disponível em: <https://cienciafundamental.blogfolha.uol.com>.

3. Campos e Candido (2022) e Jenal et al. (2012) reúnem, em seus textos, os principais motivos de recusa de um artigo (no escopo de periódicos por eles analisados).

br/2021/06/29/revisao-por-pares-ruim-com-ela-pior-sem-ela/. Acesso em: 31 jan. 2023.

CAMPOS, L. A.; CANDIDO, M. R. Transparência em Dados: submissões, pareceristas e diversidade no fluxo editorial dos últimos anos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 1-28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.1.000>.

HOHENDORFF, J. Nota técnica como elaborar um parecer de artigo científico? E porque devemos ser revisores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 37, p. 1-3, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e370001>. Acesso: 21/12/2020. p. 01-03.

JENAL, S. et al. Processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura. *Acta Paul Enferm.*, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 802 - 808, 2012.

NASSI-CALÓ, L. Avaliação por pares: modalidades, prós e contras. *Blog da Scielo*. Publicado em 27 de março de 2015. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/03/27/avaliacao-por-pares-modalidades-pros-e-contras/#.Y-KQa3bMK3A>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVA, C. N. N.; SILVEIRA, M. A. A.; MÜLLER, S. P. M. Sistema de revisão por pares na ciência: o caso de revistas científicas do Brasil, da Espanha e do México. *Estudos em Comunicação*, Beira-PT, n. 21, p. 235-250, dez. 2015.

SNODGRASS, R. Single- Versus Double-Blind Reviewing: An Analysis of the Literature. *SIGMOD Record*, Santa Barbara-USA, v. 35, n. 3, p. 8-21, Sep. 2006.

VARELLA, F. F. Anonimato e transparência: qual o futuro da avaliação cega por pares? *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 5-9, jan./abr. 2020.

VILAS BOAS, R. F. A revisão por pares na visão dos editores das revistas de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr. *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 11, p. 1-11, nov. 2017, DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i0.1405>.

WILKINSON, Jo. Avaliação de artigos acadêmicos: como estruturar um bom parecer (Artigo). Tradução de Ana Paula Tavares Teixeira e Bruno Leal Pastor de Carvalho. *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/pareceres-academicos>. Publicado em 21 de agosto de 2017. Acesso em: 07 fev. 2023.

